



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO – PROCESSO N.º 014057/2025

RECURSOS:

- EMPRESA AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA
- MATEUS C DIAS COMUNICAÇÃO LTDA

CONTRARRAZÕES:

- EMPRESA TOWDAH COMUNICAÇÃO LTDA

Referente à:

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N° 09919/2025 (Flowdocs)

PREGÃO ELETRÔNICO N° 12/2025

DATA DA ABERTURA: 30 de setembro de 2025

HORÁRIO: 10:00

O procedimento licitatório está sendo realizado na forma **ELETRÔNICA**, pela Plataforma BLL Compras, no endereço: <https://bllcompras.com>.

DO OBJETO:

Constitui objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CRIAÇÃO DE CONTEÚDO DIGITAL**, em conformidade com as especificações contidas no edital e anexos.

Inicialmente informo que o procedimento licitatório foi realizado na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PARA PRONTA CONTRATAÇÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos do Decreto Municipal nº 3.847 de 12 de junho de 2024, na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações e Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e anexos. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 10/09/2025, no jornal de grande circulação (Jornal O Dia) em 11/09/2025, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>, PNCP, Portal da transparência e Plataforma BLL Compras.

DA TEMPESTIVIDADE:

- Os recursos foram interpostos, dentro dos prazos legais, portanto tempestivos, pelas empresas **AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA** e **MATEUS C DIAS COMUNICAÇÃO LTDA**.
- A contrarrazão foi interposta, dentro dos prazos legais, pela empresa **TOWDAH COMUNICAÇÃO EIRELI ME**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

Ambos documentos foram protocolados nesta Prefeitura sob n.º **014057/2025** (Flowdocs). Sendo considerado os prazos do julgamento do presente processo o Art. 165, I e II, da Lei nº 14.133/2021.

DO INICIAL:

A Agente de Contratações deste Município, instituída pela Portaria nº 396/2025, referente ao Pregão Eletrônico nº 12/2025, julga e responde os recursos interpostos pelas empresas **AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA** e **MATEUS C DIAS COMUNICAÇÃO LTDA**, bem como, contrarrazão interposta pela empresa **TOWDAH COMUNICAÇÃO LTDA**.

Dispõe a lei em seu Art. 5º da lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 diz: “Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo (...)”.

DOS RECURSOS APRESENTADOS:

• **DA EMPRESA AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA:**

A empresa RECORRENTE, AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA interpõe recurso administrativo contra sua inabilitação no certame por apresentar registro no **SINAPRO/ES**, e não no **SINAPRO/RJ**, alegando:

Que o registro em sindicato estadual (SINAPRO/ES) atende à Lei nº 4.680/1965, que exige apenas vínculo com entidade representativa da categoria;

Cita o artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/2021 para se referir à restrição da competitividade e à vedação por preferência ou distinções por sede ou domicílio;

Diz entender que *“em respeito ao princípio do formalismo moderado, a exigência de um registro específico no SINAPRO/RJ para empresas registradas no SINAPRO/ES ou em outros sindicatos estaduais da mesma categoria é excessiva e desproporcional”*

Que seja invocado o formalismo moderado e pede reconsideração da inabilitação ou diligência para complementação documental.

Nos pedidos a Recorrente requer que o recurso seja considerado procedente, a fim de habitação da empresa no certame, invocando a súmula 473 do STF

• **DA EMPRESA MATEUS C. DIAS COMUNICAÇÃO LTDA:**

A empresa RECORRENTE, MATEUS C. DIAS COMUNICAÇÃO LTDA interpõe recurso administrativo contra sua inabilitação no certame, alegando:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

Que apresentou Atestado de Capacidade Técnica válido, mas a Administração considerou “tempo de operação insuficiente”, critério não previsto no edital, alegando que a Recorrente apresentou atestado válido, emitido por pessoa jurídica regularmente constituída, descrevendo serviços de natureza compatível com o objeto licitado, cumprindo integralmente os requisitos formais e materiais previstos no edital.

Que apresentou registro no SINAPRO/RJ após a sessão, mas a exigência de data anterior seria formalismo excessivo;

Que a boa-fé e a transparência deveriam ser consideradas, conforme o art. 12, §1º, inciso II, e o art. 147 da Lei nº 14.133/2021, que orientam a Administração a privilegiar o saneamento de falhas formais quando comprovada a inexistência de prejuízo à competitividade ou à execução do objeto contratual.

Que demonstrou patrimônio líquido compatível e preços exequíveis, não havendo fundamento jurídico para a manutenção da decisão de inabilitação.

Nos pedidos a Recorrente requer o provimento do recurso, a validade do Atestado de Capacidade Técnica, o reconhecimento do documento SINAPRO-RJ, o reconhecimento da relação do patrimonial líquido e valor estimado da contratação e a reabilitação da empresa para prosseguimento no processo licitatório.

DO CONTRARRECURSO APRESENTADO:

• **DA EMPRESA TOWDAH COMUNICAÇÃO LTDA:**

Em contrapartida, a empresa TOWDAH COMUNICAÇÃO LTDA inicializa descrevendo sobre os passos do pregão em tela, destacando que:

A empresa MATEUS C. DIAS COMUNICAÇÃO LTDA apresentou registro no SINAPRO/RJ posterior ao certame, bem como, no caso da qualificação econômico-financeira não restou comprovada a qualificação da empresa, pois não há balanço patrimonial de acordo com a legislação, em desacordo as cláusulas editalícias.

A empresa AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA foi inabilitada por descumprir cláusulas editalícias expressas, ao não apresentar comprovante de registro no SINAPRO RJ, em desconformidade com o item 9.12.3.1 edital.

Defende que a empresa **TOWDAH COMUNICAÇÃO LTDA** atendeu integralmente às exigências do edital, ressaltando que as demais licitantes foram inabilitadas por descumprimento de requisitos expressos em edital, notadamente quanto ao registro profissional e à comprovação técnico-financeira. Sustenta, ainda, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e argumenta que os recursos interpostos possuem caráter meramente protelatório, apresentando alegações infundadas, que apenas tumultuam o certame e procrastinam o início da execução dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

Nos pedidos a empresa requer que seja julgada totalmente improcedente o referido recurso, para fins de manter a decisão da habilitação da recorrida.

DO JULGAMENTO:

Observados os ritos legais, o recurso apresentado, antes da manifestação desta Pregoeira, necessário se faz enviá-la ao órgão requisitante, neste caso, o Gabinete do Prefeito (Departamento de Comunicação), para pronunciamento do recurso, e após à Procuradoria Geral do Município para análise e parecer.

Segue parecer do Setor Técnico do Gabinete do Prefeito:

Informo que a Secretaria demandante apresentou a resposta a seguir, quanto ao recurso e contrarrazão apresentados:

“Analisando os recursos e as contrarrazões, visando auxiliar o departamento de licitação, temos a informar que não fora trazido em suas peças nenhum elemento novo, impeditivo, extintivo ou modificativo do que já fora deliberado.

A peculiaridade do processo em Análise, é que o segundo certame, com os mesmos objetivos, e que o edital não foi impugnado, que pela segunda vez as empresas aceitam as regras e depois querem contestar.

Assim, opinamos por rejeitar os recursos apresentados, mantendo a empresa TOWDAH COMUNICAÇÃO como vencedora do certame.

Conforme solicitado vá a PGM para ciência, após retorne ao departamento de licitação para deliberação.”

Segue parecer da parte “conclusão” da Procuradoria Geral do Município:

“4- CONCLUSÃO:

Ante todo o exposto, com base no princípio da vinculação ao instrumento convocatório estabelecido no art. 5º da Lei 14.133/2021, no princípio da territorialidade sindical, reformo o parecer do advogado do Município E OPINO:

1- pelo INDEFERIMENTO do recurso administrativo interposto pela empresa Agência Fera Marketing Ltda, e OPINO PELA manutenção da decisão de sua inabilitação por não atender à exigência editalícia de comprovação de inscrição no SINAPRO/RJ pelas razões jurídicas expostas no presente.

2- Opino pelo INDEFERIMENTO do recurso da empresa Mateus C. Dias Comunicação Ltda por não atender à exigência editalícia.

3- Opino pelo ACOLHIMENTO das contrarrazões do recurso da empresa Towdah Comunicação LTDA e pela manutenção de sua habilitação, por atender integralmente às exigências do edital, em conformidade com os princípios da legalidade, da vinculação ao edital e da territorialidade sindical.

É o parecer.”

Faço constar que o parecer completo da Procuradoria Geral do Município será disponibilizado na íntegra na aba “arquivos” na plataforma BLL Compras.

Depois de analisar os recursos interpostos pelas empresas AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA e MATEUS C. DIAS COMUNICAÇÃO LTDA, bem como, das contrarrazões apresentadas



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

pela empresa TOWDAH COMUNICAÇÃO LTDA, e, levando em consideração os pareceres emitidos pelo setor técnico demandante (Gabinete do Prefeito) e pela Procuradoria Geral do Município, passo ao julgamento final do presente recurso.

Inicialmente vejamos o que diz as cláusulas do edital quanto a inabilitação das empresas AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA e MATEUS C. DIAS COMUNICAÇÃO LTDA. Observa-se que a inabilitação das recorrentes se deram pelo descumprimento de exigências editalícias, expressas no edital do Pregão Eletrônico nº 12/2025, conforme:

9.12.10 Patrimônio líquido mínimo equivalente ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do artigo 69, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021;

9.12.2. Comprovação de capacidade técnica, por meio da apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no Termo de Referência e deverá:

9.12.2.1. Ser compatível com os serviços descritos neste TR;

9.12.2.2. Estar em nome da matriz ou filial da licitante;

9.12.2.3. Apontar expressamente a execução de serviços de comunicação digital institucional ou publicidade institucional pública;

9.12.2.4. Conter descrição clara de prazos, escopo, qualidade e resultados da execução.

9.12.2.5. Atestados emitidos por empresas do mesmo grupo econômico da licitante não serão aceitos.

9.12.3. Será exigida a apresentação de comprovante de inscrição da licitante em entidade representativa da atividade publicitária, vigente na data da entrega da proposta, conforme o art. 3º da Lei nº 4.680/1965, dentre as seguintes:

9.12.3.1. Sindicato das Agências de Propaganda – SINAPRO/RJ.

Verifica-se que a empresa MATEUS C. DIAS COMUNICAÇÃO LTDA foi inabilitada por não atender aos itens 9.12.3, 9.12.3.1, 9.12.10, 9.12.2, 9.12.2.1, 9.12.2.3 e 9.12.2.4 do edital, descumprindo cláusulas editalícias, conforme abaixo informado:

- A empresa não possui Patrimônio Líquido mínimo equivalente ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação (R\$352.800,00 – 10% R\$35.280,00), conforme exigido pelo edital e pelo art. 69, §4 da Lei Federal nº 14.133/202, de acordo com informação do Setor Contábil.
- O atestado de capacidade técnica apresentado não faz menção expressa à execução de serviços de comunicação digital institucional ou publicidade institucional pública, conforme exigido. Ademais, o documento não descreve



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

prazos, escopo, qualidade e resultados da execução, elementos indispensáveis para a devida comprovação da experiência técnica. Ressalta-se, ainda, que o intervalo entre a data de emissão do atestado e a data da licitação é insuficiente para comprovar a efetiva execução dos serviços, não atendendo, portanto, às exigências editalícias.

- A empresa apresentou registro no Sinapro RJ em data posterior à abertura do certame, descumprindo o item 5 do edital, e art. 64, I, da Lei nº 14.133/2021.

Verifica-se que a empresa AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA foi inabilitada por não atender ao item 9.12.3.1. do edital, descumprindo cláusulas editalícias, conforme abaixo informado:

- **Item 9.12.3.1.** - A empresa apresentou registro no Sinapro ES, deixando de atender o item, que solicitava comprovante de inscrição da licitante em entidade representativa da atividade publicitária no estado do Rio de Janeiro.

Importante informar que para o julgamento dos recursos e contrarrazão apresentados esta pregoeira se baseou em informações técnicas apresentadas pelo setor demandante e pelo setor contábil, haja vista a complexidade dos argumentos e documentos apresentados, bem como, ser os setores detentores de competência técnica sobre o objeto.

Cabe destacar que:

A empresa **AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA** solicita reconsideração da decisão ou a realização de diligência complementar. Contudo, observa-se que esta é a segunda participação da licitante em pregão de mesma natureza, tendo, novamente, deixado de apresentar o documento exigido no item 9.12.3.1 do edital.

Ressalta-se que foi concedido prazo para apresentação de documentação complementar (fase de diligência concedida entre os dias 14 de outubro de 2025 até 16 de outubro de 2025), oportunidade em que a empresa permaneceu inerte, não juntando o documento solicitado. Somente agora, na fase recursal, pretende suprir a falha, o que não é possível, em razão do princípio da vinculação ao instrumento convocatório e da preclusão processual.

Dessa forma, a manifestação recursal revela-se meramente protelatória, apresentando alegações infundadas que visam apenas tumultuar o regular andamento do certame e retardar o início da execução contratual.

A empresa **MATEUS C. DIAS COMUNICAÇÃO LTDA** informa no recurso que em momento algum o edital estabelece prazo mínimo de atuação da empresa ou data limite para emissão do atestado, que a exigência de tempo de operação suficiente constitui critério não previsto no edital. A empresa afirma, também, que a inscrição no SINAPRO-RJ em edital não tem data de exigência como condição impeditiva de participar.

A empresa **MATEUS C. DIAS COMUNICAÇÃO LTDA** informou no item 2.6 do seu recurso que comprovou possuir patrimônio líquido compatível com o exigido no item 9.12.10 do edital,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

apresentando valor superior ao mínimo de 10% do total da proposta (R\$ 20.000,00 frente a R\$ 19.500,00 exigidos). Argumenta-se que, por ser empresa local, possui custos operacionais reduzidos, o que reforça a viabilidade econômica da proposta. Não houve manifestação da Administração quanto à inexecutabilidade do preço ofertado. Assim, a empresa atendeu integralmente aos requisitos dos itens 9.12.3.1 e 9.12.10, inexistindo fundamento jurídico para manter sua inabilitação, sendo sua proposta vantajosa à Administração por apresentar o menor valor unitário.

Essas informações não procedem. Vejamos os itens 5.1.2 e 5.13 do edital:

5.1.2. Caso o Licitante NÃO apresente por meio do sistema e no ato e em conformidade com o item 4.1, todos os documentos de habilitação exigidos neste edital, ou ausente algum documento, este será declarado INABILITADO no momento oportuno.

5.1.3. Não será aberto prazo e ou oportunidade para apresentação de documentos de habilitação em outro momento do certame, salvo os casos previstos para regularização de documentos apresentados com restrição pelas empresas consideradas ME/EPP/MEI.

9.1. Todos os documentos de Habilitação constante neste tópico (ITEM 9) DEVERÃO, OBRIGATORIAMENTE, ser anexados e apresentados no ato do cadastro da proposta, em conformidade com o item 5.1. Não será aberto prazo e ou oportunidade para apresentação de documentos de habilitação em outro momento do certame, salvo os casos previstos para regularização de documentos apresentados com restrição pelas empresas consideradas ME/EPP/MEI.

Os itens 9.12.3 e 9.12.10 do edital informam:

9.12.3 Balanço patrimonial, conforme item 6.11.3 do termo de referência, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.12.10 Patrimônio líquido mínimo equivalente ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do artigo 69, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021;

Os itens editalícios acima informam que se o licitante não apresentar por meio do sistema e no ato e em conformidade com o item 4.1, todos os documentos de habilitação exigidos neste edital, o licitante será inabilitado. E as empresas **MATEUS C. DIAS COMUNICAÇÃO LTDA** e **AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA** não apresentaram os documentos de acordo com o solicitado no edital.

O edital é a lei interna da licitação, vinculando tanto a Administração quanto os licitantes, nos termos do art. 5º, da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

Ademais, o art. 66 e 67, do mesmo diploma legal, determina que a habilitação jurídica e técnica do licitante deve ser comprovada mediante os documentos e requisitos expressamente previstos no edital, não cabendo à Administração flexibilizar ou ampliar as condições editalícias sem prévia alteração formal.

A Lei nº 4.680/1965, Dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário e de Agenciador de Propaganda, enquanto art. 611 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de acordo com parecer da Procuradoria Geral do Município, informa que o enquadramento sindical ocorre conforme a base territorial em que se dá a efetiva prestação dos serviços.

Assim, o registro em sindicato de outro estado (ex.: SINAPRO-ES) não supre o requisito de comprovação de inscrição no SINAPRO/RJ, pois são entidades distintas, com representação territorial e CNPJ próprios, sem vínculo jurídico de reciprocidade automática.

Nesse sentido, faço constar parecer da Senhora Procuradora enfático em dizer que *“a exigência do registro no SINAPRO/RJ encontra amparo na necessidade de garantir que a agência esteja vinculada a entidade sindical cuja base territorial coincida com o local da execução contratual. Dessa forma, o atendimento a essa exigência não pode ser dispensado sob alegação de formalismo moderado.”*

As empresas MATEUS C. DIAS COMUNICAÇÃO LTDA e AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA, caso não concordassem com as exigências estabelecidas no edital deveriam tê-lo IMPUGNADO no momento oportuno, Assim, operou-se a preclusão quanto à possibilidade de rediscutir cláusulas editalícias na fase recursal, conforme art. 164 da Lei nº 14.133/2021;

O documento de filiação a entidade representativa, como por exemplo o SINAPRO-RJ é requisito previsto expressamente no edital, e sua não apresentação no momento oportuno configura descumprimento que justifica a inabilitação. Ressalto que a solicitação para apresentação do documento na fase recursal demonstra que a mesma possuía o documento, sem motivo da não apresentação no momento adequado (ou na fase de diligência), o que configura inclusão de novo documento contrariando a legislação vigente.

A Secretaria demandante e o setor contábil opinam por rejeitar os recursos apresentados, mantendo a empresa TOWDAH COMUNICAÇÃO como vencedora do certame.

A Procuradoria Geral do Município opina pelo indeferimento dos recursos apresentados pelas empresas AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA e MATEUS C. DIAS COMUNICAÇÃO LTDA, com base no princípio da vinculação ao instrumento convocatório estabelecido no art. 5º da Lei 14.133/2021, e no princípio da territorialidade sindical, e pelo acolhimento das contrarrazões do recurso da empresa TOWDAH COMUNICAÇÃO LTDA, além de opinar pela manutenção de sua habilitação, por atender integralmente às exigências do edital, em conformidade com os princípios da legalidade, da vinculação ao edital e da territorialidade sindical.

Assim, à luz da legislação vigente e conforme apontado nos pareceres técnico e jurídico, a documentação apresentada pelas empresas recorrentes não atendes integralmente às exigências editalícias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

DA DECISÃO

Ante o exposto, Esta Pregoeira/Agente de Contratação, que tem o dever de cumprir o que lhes foi determinado em ato convocatório, especialmente as atribuições que lhe são conferidas, através da Comissão de Equipe de Apoio do Pregoeira/Agente de Contratação, nomeada pela Portaria G.P. nº 396 de 31 de julho de 2025, **INFORMA** que em referência as alegações apresentadas e da análise realizada nas razões e por todo o exposto dos autos, **DECIDE**:

CONHECER os recursos interpostos feito pelas empresas **AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA** e **MATEUS C. DIAS COMUNICAÇÃO LTDA**, bem como, as contrarrazões apresentadas pela empresa **TOWDAH COMUNICAÇÃO LTDA**.

ACATAR, o parecer por parte do Setor demandante (Gabinete do Prefeito), bem como, parecer da Procuradoria Geral do Município, diante das informações apresentadas, tendo em vista que são os responsáveis pela elaboração e confecção das documentações para elaboração do edital, valendo-nos de seus argumentos a nossa reposta ao recurso e contrarrazões interpostos.

OPINO, pelo **INDEFERIMENTO** dos recursos administrativos interpostos pelas empresas **AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA** e **MATEUS C. DIAS COMUNICAÇÃO LTDA**, julgando-os improcedentes e mantendo-se a decisão de inabilitação das referidas licitantes, com base nos princípios da legalidade, vinculação ao edital, territorialidade sindical, julgamento objetivo, isonomia e segurança jurídica, conforme previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Faço constar que a decisão desta pregoeira se baseia nos argumentos técnicos apresentados pela Secretaria solicitante e argumentos jurídicos apresentados pela Procuradoria Geral do Município. Ressalto que o Termo de Referência do setor demandante contemplou, além das exigências documentais para habilitação, suas devidas justificativas como determina a Lei e foi devidamente apreciado pelos órgãos de Controle Interno e Procuradoria Geral do Município, retornado com pareceres favoráveis para sua continuidade sem ressalva quanto aos documentos solicitados.

ENVIAR o processo para o Gabinete do Exmo. Sr. Prefeito para deliberação.

APÓS que a resposta seja disponibilizada na plataforma BLL Compras, e seja publicada nos veículos de comunicação: Diário Oficial do Município, portal da transparência e PNCP, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

É a decisão.

São José do Vale do Rio Preto, 13 de novembro de 2025.

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Pregoeira/Agente de Contratação